



Agenda Ambiental na Administração Pública: Aplicação e Contribuições Socioambientais em Universidades Federais

Isis Bruna Gomes Pacheco¹, Rosalia Maria Passos da Silva²

Resumo: A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é voltada à adoção de práticas gerenciais para reduzir os prejuízos ao meio ambiente decorrentes da exploração econômica e melhorar a qualidade de vida no mundo. As universidades públicas qualificam cidadãos para o mercado de trabalho e possuem papel essencial na implementação de ações para o desenvolvimento sustentável. O objetivo geral deste estudo é identificar as ações dos eixos temáticos da Agenda A3P e suas possíveis contribuições de melhoria à gestão socioambiental nas universidades federais da Região Norte. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva realizada por meio de uma revisão sistemática de literatura para levantar estudos relevantes sobre o tema. Os resultados proporcionaram a comparação entre as ações implementadas pelas instituições estudadas e os eixos temáticos da Agenda A3P na qual se demonstrou que a UFRA e a UFOPA apresentaram relação congruente parcial e não foi possível evidenciar possíveis contribuições resultantes dessas ações.

Palavras-Chave: Agenda Ambiental na Administração Pública. Sustentabilidade. Gestão Socioambiental. Universidades Federais.

Environmental Agenda in Public Administration: Application and Social Environmental Contributions in Federal Universities

Abstract: The Environmental Agenda in Public Administration is aimed at adopting managerial practices to reduce damage to the environment resulting from economic exploitation and improve the quality of life in the world. Public universities qualify citizens for the job market and play an essential role in implementing actions for sustainable development. The general objective of this study is to identify the actions of the thematic axes of the agenda and their possible contributions to improve environmental social management in federal universities in the North Region. It is descriptive qualitative research carried out through a systematic literature review to raise relevant studies on the subject. The results provided a comparison between the actions implemented by the institutions studied and the thematic axes of the agenda, in which it was demonstrated that UFRA and UFOPA presented a partial congruent relationship, and it was not possible to show possible contributions resulting from these actions.

Keywords: Environmental Agenda in Public Administration. Sustainability. Social environmental Management. Federal Universities.

¹ Mestranda do Programa Profissional em Administração Pública pela Universidade Federal de Rondônia. isis.pacheco@unir.br;

² Doutora em Administração e Professora Associada da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. rosaliapassos@unir.br.

Introdução

O contexto histórico sobre a questão ambiental ocorreu com diversas discussões, principalmente no final do século XX, destacando-se o Clube de Roma em 1968 com o propósito de alinhamento entre os preceitos do desenvolvimento econômico defendidos pelos tecnocratas, e da proteção ambiental defendidos pelos ecocratas, de modo a conciliar as questões sociais, ambientais e econômicas na busca do ecodesenvolvimento (LANZARIN *et al.* 2018).

Houveram eventos a nível mundial para discutir ações de preservação do meio ambiente, envolvendo organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pela I Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em 1972; a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1984, responsável pelo relatório “Nosso Futuro Comum”; a Conferência Rio-92, na qual diversos países firmaram compromisso na carta da Terra e na Agenda 21; a Conferência Rio+ em 2002 com o estabelecimento do protocolo de Quioto, a avaliação dos resultados em detrimento as metas pré-estabelecidas; a Rio+20 em 2012 com a avaliação de metas, discussão sobre os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade e a definição de uma agenda para as décadas posteriores (LANZARIN *et al.* 2018).

Na literatura há uma diversidade de conceitos para sustentabilidade podendo ser definida como o equilíbrio entre as melhores condições de vida atuais e das futuras gerações de modo que o desenvolvimento socioeconômico não se sobreponha à proteção ambiental, pois ambos devem estar alinhados à vista do desenvolvimento sustentável (SILVA JUNIOR *et al.* 2018).

A sustentabilidade aspira que o ser humano pondere as suas necessidades, avaliando o grau de importância e os impactos positivos ou negativos que possam ocasionar na vida das demais pessoas, carecendo da unificação harmônica de fatores econômicos, sociais e ambientais para o desenvolvimento sustentável. O ideal é que o uso dos recursos naturais seja adequado e consciente para preservá-los e propiciar qualidade de vida referentes às necessidades dos indivíduos no presente e no futuro por intermédio de processos eficazes de produção e demandas sociais (MANDÚ *et al.* 2017).

A gestão socioambiental nas organizações alega uma preocupação com o comportamento ético e atitudes responsáveis sobre questões ambientais que auxiliam, previnem e solucionam problemas em um processo no qual são estabelecidas políticas e responsabilidades esperadas, bem como preconiza a conciliação das demandas econômicas, sociais e ambientais

atuais para não lesar as demandas futuras, devendo ser incluída nos processos de planejamento como um instrumento promissor para ser aplicado na prática e as organizações atuem consoante aos seus valores éticos e ao seu desempenho socioambiental (OLIVEIRA *et al.* 2021).

O termo “gestão socioambiental” é abordado no Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas que faz recomendações quanto à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), programa destinado ao desenvolvimento sustentável nos órgãos públicos visando à adoção de práticas gerenciais para reduzir as consequências negativas ao meio ambiente decorrentes da exploração de atividades econômicas, bem como a elevação da qualidade de vida nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. (BRASIL, 2007)

Viegas *et al.* (2015) afirmam que as Universidades que desenvolvem ações para inserção de conceitos sobre sustentabilidade firmam esse compromisso como um de seus objetivos estratégicos, provocando sensibilidade para a conscientização da comunidade acadêmica em torno da temática socioambiental e possibilitando a vivência das questões ambientais internas e externas à instituição.

As universidades públicas têm a função social de qualificar cidadãos para o mercado de trabalho e possuem um papel fundamental na implementação de ações para fortalecer o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que são difusoras do conhecimento e as suas ações têm o poder de influência sobre a sociedade. Posto isto, o objetivo geral deste estudo é identificar as ações sustentáveis previstas nos eixos temáticos da Agenda Ambiental da Administração Pública e suas possíveis contribuições para a melhoria da gestão socioambiental em universidades federais da região norte do Brasil.

Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva realizada por meio de uma revisão sistemática de literatura em que se levantou produções científicas para identificar estudos relevantes sobre o tema da Agenda Ambiental na Administração Pública e os seus eixos temáticos nas universidades federais da Região Norte do Brasil. Efetuou-se buscas de artigos e dissertações publicadas em língua portuguesa nas bases de dados da Plataforma CAFE/CAPES, ANPAD/Spell, Scielo e Google Acadêmico, bem como em manuais, que foram divididas em três eixos:

Eixo 1: busca de artigos e dissertações publicadas no período entre 2007 e 2021, utilizando os descritores “agenda ambiental na administração pública”, “sustentabilidade”,

“gestão socioambiental” e “universidade federal” com o objetivo de identificar os conceitos e critérios de execução das ações sustentáveis previstas nos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração no âmbito da universidade federais, resultando em 118 trabalhos. Posteriormente, realizou-se uma primeira filtragem desses trabalhos mediante a leitura dos resumos apresentados nos resultados da busca para identificar a maior ocorrência dos descritores, resultando na seleção de 18 trabalhos. Por fim, realizou-se a leitura desses trabalhos que resultou na escolha de 10 trabalhos que dão maior ênfase à Agenda A3P, às ações sustentáveis de cada eixo temático implementado nas universidades federais e aos conceitos de sustentabilidade e de gestão socioambiental.

Eixo 2: pesquisa em manuais no site oficial da A3P do Ministério do Meio Ambiente que tratem de forma geral, os conceitos sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública, bem como critérios e práticas sustentáveis previstas em todos os eixos temáticos da referida agenda. Constatou-se uma biblioteca que dispõe de oito materiais, dos quais foram selecionados 03 materiais, sendo que dois abordam os conceitos, critérios e ações relacionadas aos eixos temáticos e um material direcionado à implementação da agenda A3P nas universidades federais. Considerando que este estudo apresenta abordagem mais conceitual e geral sobre a Agenda A3P e a relação das ações sustentáveis realizadas pelas universidades federais ao respectivo eixo temático, justifica-se que os demais materiais não foram selecionados por explorarem a implementação de uma única ação sustentável em cada material, podendo ser objeto de um estudo futuro mais detalhado.

Eixo 3: pesquisa de artigos e dissertações que realizaram estudo de caso sobre a implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública em universidades federais da Região Norte do Brasil. Nessa etapa não se delimitou períodos de publicação e foram utilizados os descritores “agenda ambiental na administração pública” e “universidade federal” os quais foram pesquisados juntamente com os descritivos referentes a cada Estado e a cada sigla de universidade federal da Região Norte, por vez. Foram encontrados 09 trabalhos, dos quais foram selecionados 02 trabalhos que mais se adequaram à perspectiva para este artigo, pois analisam as ações implementadas em atenção às diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública, sendo que um artigo apresenta o estudo de caso da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e o outro artigo, o estudo de caso da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Casarin *et al.* (2020, p. 1) afirma que “as revisões de literatura são estudos que visam fazer uma síntese da literatura” e são classificadas em revisões narrativas, sistemáticas e

integrativas. A revisão sistemática da literatura é um método que sistematiza a busca por produções científicas em determinado tema que possui uma ampla gama de publicações de modo a analisar estudos publicados com dados primários que dão suporte à realização do estudo com dados secundários para a síntese e avaliação acerca de evidências (CASARIN *et al.* 2020).

Mota de Sousa *et al.* (2018, p.47) apresenta a conceituação sobre a revisão sistemática da literatura que pode ser apresentada “como um método sistemático, explícito e reproduzível que permite identificar, avaliar e sintetizar os estudos realizados por investigadores, académicos e profissionais”. Em relação aos passos a serem seguidos neste tipo de revisão, torna-se conveniente se atentar ao seguinte fluxo:

Definição clara dos objectivos com base em critérios de elegibilidade pré-definidos para estudos; metodologia explícita e reproduzível; procura sistemática que tenta identificar todos os estudos que cumpram os critérios de elegibilidade; avaliação da validade dos resultados dos estudos incluídos, por exemplo, através de a avaliação do risco de viés; e apresentação sistemática e síntese das características e dos achados dos estudos incluídos. (MOTA DE SOUSA *et al.* 2018, p. 47)

Em síntese, foram definidos o tema, o objetivo geral e os objetivos específicos, assim como as bases de dados, os descritores relacionados ao tema da pesquisa e a seleção dos trabalhos. Na sequência, realizou-se a leitura dos trabalhos selecionados para delineamento da revisão teórica e da análise dos resultados apresentados nos dois estudos de casos e demonstrar comparativo acerca da relação das ações sustentáveis identificadas nesses estudos aos eixos temáticos e das contribuições da agenda A3P à gestão socioambiental nas instituições estudadas.

Referencial Teórico

O Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

As mudanças de cenários na economia e sociedade acarretam alterações profundas e prejudiciais ao meio ambiente decorrentes da ação irresponsável da humanidade quanto à falta de controle no uso dos recursos naturais e do consumo desnecessário, acentuando a urgência na implementação de medidas para evitar a exploração e desperdício desses recursos (SALVIANO *et al.* 2020). Isso decorre de demandas sociais que sofrem constantemente mudanças significativas, interferindo no papel do poder público que deve definir e alinhar os seus

objetivos e metas de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável em um processo a ser monitorado e avaliado quanto aos avanços da gestão socioambiental (OLIVEIRA, *et al.* 2019).

Gutierrez *et al.* (2019, p. 1914) enfatizam que a administração pública como promotora da sustentabilidade deve agir de forma “coerente com o seu papel, incorporando princípios de sustentabilidade e ética socioambiental” nos seus processos de produção e consumo, devendo ser revistos no sentido de implementar padrões sustentáveis inovadores.

A Administração Pública responsável pela execução de políticas públicas que demandam um grande volume de compras, exige-se cooperação e esforço na busca de mudança de atitudes e de práticas cotidianas para reduzir os impactos sociais e ambientais (BRASIL, 2009). Freitas *et al.* (2020) constata a importância da inclusão de princípios e práticas eficazes à responsabilidade socioambiental na formulação das políticas públicas que promovam mudanças significativas nas ações realizadas pela administração pública e resultados positivos ao desenvolvimento sustentável.

O Ministério do Meio Ambiente no ano de 1999 lançou o projeto Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) que em 2001, foi transformada em programa para enfatizar aos gestores públicos sobre a importância de se dar atenção às questões ambientais para introduzir princípios e critérios ambientais nas atividades de rotina (BRASIL, 2009) e foi oficializada pela Portaria nº 510/2002 do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2007; SOARES, 2009).

As diretrizes da Agenda A3P são oriundas da Agenda 21 Global, idealizada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) que, segundo Peixoto *et al.* (2019, p. 234), tem o intuito de projetar “programas de ação para a participação de todos os segmentos da sociedade, na formulação de políticas e práticas que conciliam métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”.

Em 2007, o Ministério de Meio Ambiente sofreu alterações em sua estrutura que resultou na inserção da Agenda A3P no Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental vinculado à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania (BRASIL, 2009). Em consequência, a A3P se fortaleceu como Agenda de Responsabilidade Social, sendo integrada como uma das ações primordiais para definição de novo compromisso do governo em adotar critérios ambientais, sociais e econômicos na execução das atividades do setor público (BRASIL, 2009).

A Agenda A3P é uma ferramenta na qual se planeja a implementação de ações, atitudes e práticas na gestão pública para promover a responsabilidade socioambiental, alinhando os

objetivos de crescimento econômico e de desenvolvimento sustentável para o cumprimento de princípios e práticas de sustentabilidade socioambiental a serem compreendidos na gestão pública (BRASIL, 2007; BRASIL, 2009). Desta forma, atende ao que preconiza o princípio da economicidade na observância da relação custo-benefício que consequentemente atende ao princípio da eficiência expresso na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2009).

Os órgãos da Administração Pública podem aderir voluntariamente à Agenda Ambiental A3P por meio de Termo de Adesão firmado com o Ministério do Ambiente para institucionalizar o instrumento, ensejando no compromisso assumido para implementação de ações estratégicas que almejem mudanças nas atividades cotidianas, de comportamento e a propagação das diretrizes e objetivos do Programa (DOTTO *et al.* 2019; ALMEIDA *et al.* 2020). Além disso, o Ministério do Ambiente tem o compromisso de subsidiar tecnicamente os órgãos aderentes à Agenda durante o processo de implementação e disponibilizar a Plataforma Ressoa na qual o desempenho das ações realizadas pelos órgãos pode ser monitorado e avaliado (DOTTO *et al.* 2019; ALMEIDA *et al.* 2020).

De acordo com Brasil, 2009, a A3P tem como objetivo principal, estimular a consciência para a mudança de comportamento dos servidores públicos a respeito da responsabilidade socioambiental para ajustarem as suas atividades em cumprimento aos requisitos de sustentabilidade e aos seus objetivos específicos.

Estudos em Brasil (2009) e Brasil (2017) asseveram que a Agenda A3P estabelece cinco objetivos específicos que guiam a sua implementação e execução pelos órgãos públicos: sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais que remetem à reflexão sobre os prejuízos que podem causar à própria administração, ao meio ambiente e a sociedade; promover a racionalização do uso dos recursos naturais e a redução de gastos públicos, observando-se a relação custo-benefício preconizado pelos princípios da economicidade e da eficiência na gestão pública; contribuir para readequação das atividades realizadas pela gestão pública mediante a inovação de processos sustentáveis na prestação dos serviços públicos; reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades administrativas e operacionais pois trata-se do controle para prevenir ações, atitudes e práticas que interferem nos processos e resultados sustentáveis da gestão pública; e contribuir para elevar a qualidade de vida, estimulando as práticas sustentáveis para propiciar melhores condições de vida à humanidade hoje e amanhã, evitando a escassez de recursos naturais.

O Ministério do Meio Ambiente é o órgão da administração direta do poder executivo federal responsável pela implantação e coordenação de políticas públicas voltadas à

sustentabilidade ambiental, dentre as quais a Agenda A3P como iniciativa para atender a essas políticas, foi implantada em diversos órgãos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, considerado o programa mais importante no que tange à aplicação prática de critérios de sustentabilidade às atividades administrativas desenvolvidas pelos órgãos públicos (ZEITONE *et al.* 2019).

Eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública

No desenvolvimento das ações da Agenda A3P, a Administração Pública deve se atentar aos princípios da política dos 5 R's que são: repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar o consumo de produtos geradores de grandes impactos socioambientais (BRASIL, 2009). Desta forma, a A3P para atingir os seus objetivos e atender aos princípios da política dos 5 R's, formulou-se estratégias pertinentes aos seis eixos temáticos (BRASIL, 2009; CARNEIRO, 2018; DOTTO *et al.*, 2019).

O primeiro eixo temático se refere ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos que diz respeito ao uso sustentável de recursos naturais e de bens públicos prezando pela economia a evitar desperdícios e como exemplos deste eixo, destacam-se o consumo sustentável de energia, água, papel, copos plásticos e outros correlatos, em virtude do potencial dano que podem gerar ao meio ambiente (BRASIL, 2009; BRASIL, 2017; CARNEIRO, 2018). Peixoto *et al.* (2019) apresenta mais exemplos de ações deste eixo, como o uso de lâmpadas econômicas sendo ligadas somente quando houver o uso do ambiente em que estão instaladas e o uso consciente de papel reciclado, utilizando a quantidade necessária e realizando a impressão frente e verso.

O segundo eixo temático trata sobre a gestão adequada dos recursos gerados quanto à redução no consumo excessivo de recursos, evitando desperdícios que possam resultar em seu acúmulo e a realização de procedimentos ambientalmente adequados para a destinação correta desses resíduos (BRASIL, 2009; BRASIL, 2017; CARNEIRO, 2018). Consoante a Peixoto *et al.* (2019) a implementação e execução de ações sustentáveis deste eixo temático deve cumprir às normas estabelecidas na Lei Federal 12.305/2010 sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e no Decreto 7.404/2010, que ambos estabelecem os processos para redução dos resíduos gerados e à destinação final adequada.

A qualidade de vida no ambiente de trabalho como terceiro eixo abrange ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores nos programas de satisfação do servidor

com o trabalho, a melhoria das condições do ambiente de trabalho, a promoção da saúde e da segurança, a integração social e o desenvolvimento das capacidades humanas na conciliação de interesses individuais e da organização, favorecendo o aumento na motivação e produtividade (BRASIL, 2009; CARNEIRO, 2018).

A sensibilização e capacitação de serviços é o quarto eixo temático que objetiva o despertar do pensamento crítico, reflexivo e consciente dos servidores quanto à responsabilidade socioambiental e a alteração de comportamento no ambiente de trabalho, demonstrando a necessidade de implementar ações sustentáveis (BRASIL, 2017; CARNEIRO, 2018). A capacitação dos servidores envolve o desenvolvimento de competências institucionais e individuais contribuindo para a melhoria de desempenho de suas atividades, considerando a participação em iniciativas inovadoras, o acesso democrático a informações, a disponibilidade de novas tecnologias e a troca de experiências (BRASIL, 2009; BRASIL, 2017; CARNEIRO, 2018).

As licitações sustentáveis são essenciais na promoção do desenvolvimento sustentável como o quinto eixo temático visando à promoção da responsabilidade socioambiental nos processos licitatórios, pois na contratação sustentável deve ser considerada a melhor relação custo-benefício em detrimento do valor de critério de menor preço que pode produzir um maior acúmulo de resíduos em menor tempo (BRASIL, 2009; BRASIL, 2017; CARNEIRO, 2018). O agente público deve estar municiado de instrumentos que o auxiliem a decidir pela melhor prática que prestigie os aspectos econômicos, sociais e ambientais como um todo (BRASIL, 2009; BRASIL, 2017; CARNEIRO, 2018). A administração pública tem a possibilidade de difundir as práticas sustentáveis internamente junto às unidades solicitantes das compras e externamente junto às empresas que participam do processo licitatório, pois são exigidas que se ajustem aos preceitos da sustentabilidade na produção e consumo como condição para a futura contratação (GOUVEIA, 2019)

O sexto eixo temático sobre as construções sustentáveis pode ser caracterizado como um complemento mais especializado para subsidiar as ações do eixo temático das licitações sustentáveis, dado que na fase de elaboração do projeto básico de construções de edificações e dos termos de referências para contratação de serviços de manutenção predial, adotam-se práticas otimizadas no processo de execução desses objetos que tragam soluções sustentáveis na utilização de materiais produzidos com o menor impacto possível sobre os aspectos ambientais e sociais, de materiais reciclados ou recicláveis, de métodos eficazes para a gestão da eficiência energética, da água e esgoto, assim como a geração mínima de resíduos sólidos

resultantes de obras, promovendo a economicidade e a melhoria na qualidade de vida aos servidores. (BRASIL, 2013; PEIXOTO *et al.*, 2019).

A partir dos conceitos, critérios e ações sustentáveis enquadradas em seus respectivos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) demonstra-se de forma conceitual no próximo tópico, a análise dos resultados sobre as experiências de implementação e execução da agenda em duas universidades federais da Região Norte do Brasil quanto à relação das ações desenvolvidas frente aos eixos temáticos e possíveis contribuições para a gestão socioambiental.

Análise dos Resultados

Apresentam-se dois estudos de caso de implementação e execução da Agenda Ambiental na Administração Pública em duas universidades federais da região norte: o estudo de Viegas *et al.* (2015) na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e o estudo de Figueiredo, Silva e Soares (2019) na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

O estudo feito na UFRA buscou identificar a relação das ações sustentáveis praticadas pela instituição com os objetivos e eixos temáticos da Agenda Ambiental, baseando-se em pesquisa piloto, orientações da A3P, levantamentos de dados primários com a aplicação de questionários a 466 participantes entre servidores (docentes e técnicos) e discentes, realização de entrevistas a 16 gestores e pesquisa documental (VIEGAS *et al.* 2015).

Na UFOPA, o estudo teve o propósito de identificar as práticas sustentáveis que foram aderidas pela instituição e a pesquisa foi caracterizada como exploratória de abordagem qualitativa na qual se fez o levantamento de dados com a aplicação de formulário semiestruturado (FIGUEIREDO, SILVA e SOARES, 2019).

Os resultados dos estudos citados demonstraram a relação das ações sustentáveis desenvolvidas pelas instituições aos eixos temáticos da A3P. Então, apresentam-se as relações do eixo temático “uso racional dos recursos naturais e bens públicos” no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação das ações sustentáveis ao eixo temático “uso racional dos recursos naturais e bens públicos”

Subtemas	UFRA	Ação sustentável	UFOPA	Ação sustentável
Monitoramento e/ou redução do consumo de papel	-	-	x	Campanha “Consumo Sustentável”
Monitoramento e/ou redução do consumo de energia elétrica	-	-	x	Campanha para o consumo reduzido de energia elétrica.
Monitoramento e/ou redução do consumo de água	x	Verificação diária de vazamentos e desperdícios de água.	x	Campanha para o consumo reduzido de água.
Monitoramento e/ou redução do consumo de copos plásticos	-	-	x	Distribuição de squeeze e canecas entre servidores e alunos.
Monitoramento e/ou redução do consumo de outros materiais e/ou recursos que resultem em impactos ambientais significativos	-	-	x	Resultados das ações são acompanhadas através de reuniões e relatórios.

Fonte: Adaptado de Viegas *et al.* (2015) e Figueiredo, Silva e Soares (2019).

A UFRA não consegue atender aos objetivos previstos na Agenda Ambiental (A3P) de forma eficiente, em especial ao primeiro eixo temático no qual se realizava somente o monitoramento diário de vazamentos e desperdícios de água; também, não houve a implementação de ações que objetivassem o consumo ambientalmente adequado de água, energia, papel, copo e outros materiais (VIEGAS *et al.* 2015). Enquanto a UFOPA apresenta ações que são aderentes ao eixo temático em virtude de serem contempladas no Plano de Logística Sustentável para estimular o uso sustentável de materiais de expediente e a redução do consumo de energia elétrica e água no intuito de minimizar prejuízos ao meio ambiente e gerando gasto eficiente para a gestão financeira da instituição (FIGUEIREDO, SILVA e SOARES, 2019).

Consoante ao segundo eixo temático que diz respeito à gestão adequada dos recursos gerados, os estudos apontam que a UFRA somente monitorava e destinava os resíduos gerados pelo Hospital Veterinário para cumprir as normas legais vigentes e as ações sustentáveis do uso de energia, de material descartável como copos e da coleta seletiva de resíduos sólidos destinados à reciclagem não são contempladas na agenda A3P da instituição (VIEGAS *et al.* 2015). Figueiredo, Silva e Soares (2019) admitem que a UFOPA não realiza ações sustentáveis à adequação dos resíduos gerados pela instituição, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Relação das ações sustentáveis ao eixo temático “gestão adequada dos recursos gerados”

Subtemas	UFRA	Ação sustentável	UFOPA	Ação sustentável
Desenvolvimento e incentivo à política dos 5R's	Não	-	Não	-
Coleta seletiva em conformidade com a resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2005	Não	-	Não	-
Realização de coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006	Não	-	Não	-
Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006	Não	-	Não	-
Destinação adequada de resíduos perigosos	Sim	Monitoramento e destinação dos resíduos gerados pelo Hospital Veterinário através da coleta diária de lixo hospitalar.	Não	-

Fonte: Adaptado de Viegas *et al.* (2015) e Figueiredo, Silva e Soares (2019)

Segundo Viegas *et al.* (2015), a instituição desenvolve ações para a melhoria da qualidade de vida de servidores, discentes e da comunidade, sendo aderentes ao eixo temático “qualidade de vida no ambiente de trabalho” da A3P (QUADRO 3). Todavia, não foram observadas ações relativas à criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), controle da jornada de trabalho, orientação nutricional e integração social sem considerar formas de discriminação, consideradas importantes na busca e manutenção da saúde física e mental.

Na UFOPA são realizadas ações para a prevenção de lesões musculares decorrentes de atividades repetitivas e cumulativas do trabalho para reduzir os acidentes e aumentar a produtividade, proporcionando boas interações. Há uma preocupação referente à ergonomia de equipamentos e mobiliários para o uso saudável e adequado para zelar à saúde física e mental dos servidores no ambiente de trabalho. Um ponto de destaque também é a implantação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes para atuar em prol da qualidade de vida do servidor de modo a ser o interlocutor entre servidor e gestão pública. O controle da jornada de trabalho é efetivado de duas formas, sendo uma direcionada aos técnicos administrativos, na qual se faz por meio do registro diário do ponto, e a outra destinada aos docentes em que se registram as atividades de ensino, pesquisa e extensão (FIGUEIREDO, SILVA e SOARES, 2019), conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Relação das ações sustentáveis ao eixo temático “qualidade de vida no ambiente de trabalho”

Subtemas	UFRA	Ação sustentável	UFOPA	Ação sustentável
Atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e alunos	Sim	Atividades esportivas, ginástica laboral, dança e coral.	Sim	Atendimento de saúde multiprofissional.
Acessibilidade, em todas as suas instalações	Sim	Construções novas com rampas e elevadores para acessibilidade, bem como as construções existentes sendo readequadas.	Não	Espaços físicos estão sendo readequados de forma gradual.
Ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas	Sim	Troca do mobiliário da Biblioteca para acesso de cadeirantes aos computadores e mesas do restaurante Universitário adaptadas para cadeirantes.	Sim	Mobiliários e equipamentos adequados ao uso por parte dos servidores
Comissão interna de prevenção de acidentes	Não	-	Sim	Comissão está em fase de implantação.
Controle da jornada de trabalho	Não	-	Sim	Jornada dos técnicos-administrativas é gerida pela folha de ponto e remetida mensalmente ao setor de controle das frequências. A jornada dos técnicos é controlada por meio do registro das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo etc.)	Sim	Grupo do A.A.	Sim	Disponibilidade de um psicólogo para atendimento.
Existência de ambientes de trabalho salubres	Sim	-	Não	-
Programa de saúde ocupacional	Sim	Exames periódicos, campanhas de vacinação e acompanhamento médico-psicológico.	Sim	Atendimento de saúde multiprofissional.
Programa de orientação nutricional	Não	-	Sim	Disponibilidade de um profissional de nutrição.
Incentivo ao desenvolvimento e capacitação de seus servidores	Sim	Implementação e execução do Plano Anual de Capacitação.	Sim	Compromisso com a gestão de recursos humanos, saúde mental e respeito aos servidores em busca do bem-estar organizacional.

Incentivo ao desenvolvimento e capacitação De seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas	Sim	Feiras de artesanato, oficinas de habilidades manuais e eventos culturais e artísticos.	Sim
Incentivo ao desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo	Sim	Ações permanentes no que trata a política de recursos humanos.	Sim
Incentivo e promoção da integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos	Não	-	Sim
incentivo e promoção da integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa	Sim	Programações comemorativas relacionadas às datas especiais no calendário, palestras etc.	Sim
Incentivo e respeito à liberdade de expressão	Sim	-	Sim
Incentivo e respeito ao tratamento impessoal	Sim	Ações permanentes de capacitação inerentes às políticas de gestão de pessoas.	Sim

Fonte: Adaptado de Viegas *et al.* (2015) e Figueiredo, Silva e Soares (2019)

Viegas *et al.* (2015) e Figueiredo, Silva e Soares (2019) descrevem que as duas instituições colocam em prática políticas de capacitação e qualificação contínua aos servidores, contemplando ações de capacitação profissional e educação formal, assim como são ofertados cursos de capacitação, oficinas e cursos de educação formal para os discentes e para a comunidade, atendendo ao eixo “sensibilização e capacitação dos servidores”, condizente ao Quadro 4.

Quadro 4 – Relação das ações sustentáveis ao eixo temático “sensibilização e capacitação dos servidores”

Subtemas	UFRA	Ação sustentável	UFOPA	Ação sustentável
Ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico administrativos	Sim	Ações permanentes de capacitação relacionadas às políticas de gestão de pessoas.	Sim	Oferta de capacitação profissional e educação formal.
Ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes	Sim		Sim	
Ações de sensibilização com os discentes	Sim	Programas de palestras, congressos, seminários e fóruns de debate promovidos pelos Institutos Acadêmicos.	Sim	Ações de extensão como a realização de palestras, cursos e oficinas.
Ações de sensibilização da comunidade	Sim	Cursos de capacitação e oficinas práticas.	Sim	

Fonte: Adaptado de Viegas *et al.* (2015) e Figueiredo, Silva e Soares (2019)

As ações para o incentivo à contratação de obras públicas que cumpram os padrões de sustentabilidades foram incluídas no eixo temático 5 das licitações sustentáveis, mas podem ser enquadradas no eixo temático 6 das construções sustentáveis. A UFOPA cumpre com integralidade a relação de suas ações sustentáveis ao eixo temático 5 e a UFRA atende parcialmente pelo fato de a instituição não realizar ações para incentivar e promover a aquisição de bens que atendam aos requisitos sustentáveis, de acordo com o Quadro 5.

Quadro 5 – Relação das ações sustentáveis ao eixo temático “licitações sustentáveis”

Subtemas	UFRA	Ação sustentável	UFOPA	Ação sustentável
Incentivo e promoção à contratação de obras públicas que respeitem os padrões de sustentabilidade	Sim	Contratação de empresas que cumpram os requisitos sustentáveis exigidos nas normas.	Sim	Contratação de empresas que cumpram os requisitos sustentáveis exigidos nas normas.
Incentivo e promoção à aquisição de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade (compras sustentáveis)	Não	-	Sim	
Incentivo e promoção à contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade	Sim	Licitações realizadas em obediência às diretrizes sustentáveis estabelecidas nas normas.	Sim	

Fonte: Adaptado de Viegas *et al.* (2015) e Figueiredo, Silva e Soares (2019)

Viegas *et al.* (2015) fizeram uma síntese do nível de aderência entre as ações desenvolvidas pela UFRA e as ações estabelecidas na Agenda A3P, na qual foi demonstrada que a instituição apresentou mais aderência nos eixos referentes à qualidade de vida no

ambiente de trabalho e à sensibilização e capacitação dos servidores, representando um percentual de 92% e 100% respectivamente.

Entretanto, as ações desenvolvidas pela UFRA nos demais eixos apresentaram baixo grau de aderência às ações desses eixos, pois Viegas *et al.* (2015) observou que existem obstáculos quanto à adesão total ao programa, principalmente nas questões sobre o uso dos recursos naturais, gerenciamento adequado de resíduos e licitações sustentáveis que representam 20%, 20% e 66,7% de aderência.

Viegas *et al.* (2015, p. 23) alertam que a instituição “ainda não incorporou os princípios de sustentabilidade em sua gestão”, mesmo com as exigências impostas pela legislação ambiental brasileira que não prevêem sanções para os órgãos públicos que não cumprem as normas e os seus gestores que trazem aspectos positivos do tema aos seus discursos, mas que não colocam em prática.

A UFRA não adotou práticas de sustentabilidade que atendam aos requisitos da Agenda A3P e dos regulamentos vigentes por falta de um sistema de gestão ambiental e de comprometimento dos atores para pressionar a gestão, sensibilizando ainda mais os gestores e a comunidade acadêmica (Viegas, *et al.* 2015).

No estudo de Figueiredo, Silva e Soares (2019), foi constatado que as ações desenvolvidas pela UFOPA cumprem parcialmente as legislações ambientais e as diretrizes da Agenda A3P, havendo pouca aderência nas ações de incentivo e orientação dos servidores. No eixo referente à gestão adequada dos resíduos gerados, não há ações voltadas ao consumo racional e ao uso correto de lixeiras seletivas; no eixo sobre a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho, somente as ações para acessibilidade e salubridade não apresentam aderência, pois a instituição afirma que ao concluir as obras de construção de sua infraestrutura, providenciará as adequações necessárias em cumprimento à determinação das normas inerentes à mobilidade e segurança (FIGUEIREDO, SILVA e SOARES, 2019).

Figueiredo, Silva e Soares (2019) sugeriram que métodos específicos fossem aplicados no intuito de mensurar o desempenho da gestão socioambiental e os resultados, assim como conscientizar a comunidade acadêmica e de seu entorno sobre a importância da instituição em aderir à Agenda A3P a fim de que a gestão pública atue em prol da eficiência e da sustentabilidade.

Por fim, os estudos de Viegas *et al.* (2015) e de Figueiredo, Silva e Soares (2019) não apresentaram avaliações que demonstrassem possíveis contribuições que as ações sustentáveis

aderentes à Agenda Ambiental na Administração Pública realizadas pelas instituições estudadas, proporcionariam à gestão socioambiental.

5. CONCLUSÃO

O governo e a sociedade têm se preocupado com as questões ambientais para que os padrões de produção e consumo atuais sejam alterados para que se alinhem aos preceitos da sustentabilidade; no entanto, as transformações econômicas, políticas e sociais oriundas do processo globalizado que intensificou o desenvolvimento tecnológico e científico demonstram que as ações socioambientais a nível global são importantes e ao mesmo tempo, frágeis (BRASIL, 2009).

Leitura em Batista *et al.* (2019) evidencia que apesar da existência de vários mecanismos de incentivo às ações voltadas às questões ambientais, ainda há pouco comprometimento em relação a pouca adesão de órgãos ao Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

A administração pública por meio de um processo de conscientização deve sensibilizar a sociedade para o desenvolvimento sustentável, havendo mudança de hábitos no uso de recursos de forma sustentável, apropriando-se do processo educacional por meio das universidades federais na promoção de tecnologias que se atentam à produção e consumo sustentáveis, “incorporados à justiça social, em constante harmonia e equilíbrio com os processos ecológicos e com a sua conservação” (BATISTA, *et al.* 2019, p. 289).

A Agenda Ambiental na Administração Pública é de grande valor socioambiental para os órgãos públicos em todas as esferas na qual as ações são sistematizadas consoante aos eixos temáticos, norteando para os passos a serem percorridos e o público-alvo a ser atingido na consecução de objetivos e metas, objetivando a incorporação de práticas sustentáveis no ambiente organizacional que reflita positivamente na sociedade.

Os estudos que foram abordados neste artigo para efeitos de comparação das ações implementadas pelas instituições estudadas com os eixos temáticos da Agenda A3P demonstraram que a UFRA e a UFOPA apresentam uma relação congruente parcial na totalidade de suas ações, verificando maior preocupação em realizar ações dos eixos “qualidade de vida no ambiente de trabalho” e “sensibilização e capacitação de servidores”. No eixo temático “uso racional dos recursos naturais e bens públicos”, a UFRA não direcionou esforços para realizar campanhas de conscientização sobre o consumo racional de água, energia elétrica e papel, por exemplo. Enquanto isso, no eixo temático “gestão adequada dos recursos gerados”,

as duas instituições não apresentaram ações sustentáveis que pudessem gerar menos impactos ambientais.

Também não foi possível evidenciar possíveis contribuições resultantes das ações implementadas pelas instituições, pois Viegas *et al.* (2015) e de Figueiredo, Silva e Soares (2019) realizaram levantamento das ações adotadas que foram classificadas de acordo com os seus respectivos eixos temáticos para mostrar o grau de aderência que essas ações têm com a Agenda A3P. Ressalta-se que atualmente, apenas a UFRA é instituição com termo de adesão à Agenda A3P formalizado junto ao Ministério do Meio Ambiente, no qual pode receber apoio técnico imprescindível para implementar e executar as ações da agenda, cursos de capacitação e material didático gratuito.

Sugere-se para futuras pesquisas sobre a Agenda A3P na UFRA e na UFOPA, a realização de estudos para identificar as contribuições das ações sustentáveis implementadas por meio de indicadores de desempenho para que os gestores possam monitorar a execução dessas ações, evitando e/ou corrigindo possíveis falhas e avaliar se essas ações de fato estão trazendo melhorias à gestão socioambiental dessas instituições. Em concordância com Brasil (2009, p.94), os avanços conquistados são mensurados através do “monitoramento contínuo e avaliação periódica permitem que sejam identificados pontos críticos, as melhorias indispensáveis e os procedimentos exitosos, de forma a indicar as necessidades e prioridades para replanejar as atividades.”

A Cartilha da Agenda Ambiental na Administração Pública apresenta uma lista de passos a serem seguidos na etapa de avaliação e monitoramento que ajudam a evidenciar as contribuições dessas ações:

Realizar reuniões periódicas para gerenciar o atingimento das metas elencadas no Plano de Trabalho; avaliar, sistematicamente, as ações implantadas, identificando falhas e corrigindo-as; analisar o desempenho ambiental decorrente da implantação das ações, usando o rol de indicadores previamente definido para auxiliar nesta etapa; reforçar procedimentos exitosos; identificar ações de controle. (BRASIL, 2009, p. 94)

Desse modo, torna-se essencial que essas instituições procurem o apoio técnico do Ministério do Meio Ambiente para auxiliá-los no processo de desenvolvimento sustentável por meio da Agenda A3P, incorporando objetivos e metas de sustentabilidade em seus planejamentos de maneira a torná-los institucionalizados e permanentes.

Referências

ALMEIDA, V. F.; YUNES NETO, C.; VIDAL, T. C. S.; DAMASCENO, L. A.; SOUZA, A. L. C.; SIMÃO, M. O. A. R. Agenda ambiental da administração pública (A3P) e sua aderência: o caso do Instituto Federal do Amazonas. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.11, n.5, p.677-693, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.005.0060>. Acesso em: 23 jul. 2021

BATISTA, A. S.; MORAES, I. C. de; ALBUQUERQUER, J. de L.; CORREIA NETO, J. da S. Gestão ambiental nas universidades públicas federais: a apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável a partir da agenda ambiental na administração pública (A3P). *Id On Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v.13, n.44, p. 276-292, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i44.1615>. Acesso em: 02 ago. 2021

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas*. Brasília: MMA, 39 p., 2017. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Biblioteca/Documentos/Cartilha-Universidade.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P*. Brasília: MMA, 5. ed., 2009. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/acoes-ambientais/responsabilidade-socioambiental/agenda-ambiental-da-administracao-publica-a3p/cartilha_agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Apostila Curso de Capacitação: Sustentabilidade na Administração Pública*. Brasília: Agosto, 2013. Disponível em: http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Biblioteca/Documentos/Apostila-Curso-A3P-2013_.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021

CARNEIRO, A. V. *Agenda ambiental na administração pública (A3P) estudo aplicado na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG*, 2018. 79fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP) Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. - Sousa/PB- Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17192>. Acesso em: 22 jul. 2021

CASARIN, S.T.; PORTO, A.R.; GABATZ, R. I. B.; BONOW, C. A.; RIBEIRO, J. P.; MOTA, M. S. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health. *Journal of Nursing and Health*, v.10, n.5, p.1-7, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/jonah.v10i5.19924>. Acesso em: 27 jul. 2021

DOTTO, D. M. R.; FELTRIN, T. S.; DENARDIN, A. C. M.; RUIZ, L. M. de. Sustentabilidade em organizações públicas: estudo de uma instituição federal de ensino brasileira. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS*, v. 8, n. 2, p. 235-259. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/geas.v8i2.1090>. Acesso em: 29 jul. 2021

FIGUEIREDO, G.; SILVA, G.; SOARES, F. Sistema de gestão ambiental na administração pública: estudo em uma universidade federal do interior da Amazônia. *Enciclopédia Biosfera*,

[S. l.], v. 16, n. 29, 2019. Disponível em: <http://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/290>. Acesso em: 31 jul. 2021

FREITAS, T. G. de; KOCOUREK, S.; OLIVEIRA, J. L.; CAMPOS, A. O. de. Participação social na coleta seletiva solidária: estudo de caso de uma instituição federal de ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v.7, n.16, p. 553-573, 31 ago. 2020. Disponível em: <http://revista.ecogestaobrasil.net/v7n16/v07n16a07a.html> . Acesso em: 29 jul. 2021

GOUVEIA, M. A. O. *Proposta de mobilidade sustentável na Universidade Federal de Campina Grande*. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Campina Grande, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17255> . Acesso em: 29 jul. 2021

GUTIERREZ, E. P.; CABRAL, I. A.; SILVA, R. R. da. A implementação de ações sustentáveis baseadas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): uma experiência extensionista no ambiente universitário. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v.12, n.05, p. 1913-1933, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v12.5.p1913-1933> . Acesso em: 29 jul. 2021

LAZARIN, J; CAMARGO, T. F. DE.; MAZZIONI, S.; ZANIN, A. Agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 4, n. 3, p. 1020-1044, jun. 2018. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/166>. Acesso em: 22 jul. 2021

MANDÚ, M. J. DA S.; ALBUQUERQUE, J. DE L.; CAPANO, M. M. C.; BATISTA, A. S. Aplicação De Diretrizes Da Agenda Ambiental Na Administração Pública: Estudo de Caso na Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada. *XIX ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*. ISSN: 2359-1048. Dez, 2017. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/432.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2017

MOTA DE SOUSA, L. M.; FURTADO FIRMINO, C.; ALVES MARQUES-VIEIRA, C. M.; SILVA PEDRO SEVERINO, S.; CASTELÃO FIGUEIRA CARLOS PESTANA, H. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*, Porto, Portugal, v. 1, n. 1, p. 45–54, 2018. Disponível em: <https://rper.aper.pt/index.php/rper/article/view/20>. Acesso em: 26 jul. 2021.

OLIVEIRA, Lizy Manayra Santos. *Gestão socioambiental: adesão à agenda ambiental da administração pública em instituições de ensino superior*. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado Executivo e Finanças, Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47786> . Acesso em: 29 jul. 2021

OLIVEIRA, L. M. S.; DOS SANTOS, S. M.; CABRAL, A. C. DE A. Gestão Socioambiental: Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública em Instituições Federais de Ensino Superior. *Gestão e Sociedade*, v. 15, n. 41, p. 3984-4012, 9 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v15i41.3535>. Acesso em: 22 jul. 2021

PEIXOTO, C. S. B. de S.; MORAES FILHO, R. A. de; MORAES, I. C. de; VIEIRA, L. G. H. de S.; SOUZA, M. E. J. de. Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição de ensino superior. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, v.12, n.2, p. 230-252, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319358499018>. Acesso em: 29 jul. 2021

SALVIANO, M. C. M.; ALMEIDA, E. A-DE.; SOUZA, M. F. DE.; MEDEIROS, P. I. S. DE.; D'OLIVEIRA, R. G. Percepção ambiental de grupos sociais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em uma instituição de ensino superior, no Nordeste do Brasil. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 6, n. 8, p. 59397-59411, aug. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15194/12533>. Acesso em: 22 jul. 2021

SOARES, R. M. B. Ambiente e práticas de sustentabilidade: Implementação da agenda ambiental na administração pública (A3P) como estratégia de gestão ambiental. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental*. Pombal – PB, v.13, n.1, p. 44 - 50, jan-mar, 2019. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBGA/article/view/6459>. Acesso em: 22 jul. 2021

VIEGAS, S. F. S. S.; CABRAL, E. R.; GOMES, S. C.; CARVALHO, A. C. Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: estudo da adesão e ação em uma universidade pública. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v.4, n.2, jul./dez. 2015, p. 7-28. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v4n2p7-28>. **Acesso em: 21 jul. 2021**

ZEITONE, B.; TRIGO, J. A.; TRIGO, A.; MARUYAMA, U. Práticas sustentáveis: adoção de cultura institucional em IES. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*. Rio de Janeiro, v.13, n.1, jan. – mar. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v13i1.28165> . Acesso em: 29 jul. 2021

Como citar este artigo (Formato ABNT):

PACHECO, Isis Bruna Gomes; SILVA, Rosalia Maria Passos da. Agenda Ambiental na Administração Pública: Aplicação e Contribuições Socioambientais em Universidades Federais. **Id on Line Rev. Psic.**, Outubro/2021, vol.15, n.57, p. 297-317, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 06/09/2021;

Aceito 11/09/2021.